O manto de Nesso (retórica e referencialidade em Paul de Man)

Emílio Carlos Roscoe Maciel

Resumo:

Autor tão complexo quanto elíptico, Paul de Man é objeto e principal fonte de inspiração deste pequeno ensaio, que pretende não apenas discutir (alegoricamente) sua recepção crítica como dar a ver a produtividade das sugestões heurísticas contidas em sua obra.

Palavras chave: retórica, crítica, de Man, Derrida.

Entre os autores mais crípticos da teoria contemporânea, Paul de Man é também um dos mais deslidos. Nome praticamente incontornável nos anos 70 e 80, sua obra experimenta hoje um relativo ostracismo, que torna a tentativa de voltar a ela no mínimo inusitada. Não é difícil entender porque: a começar pelo *modus operandi* do texto demaniano – uma dicção que tende a soar por vezes claustrofóbica demais face à dominante teórica contemporânea –, o status hoje periférico desse nome parece em parte apenas o desdobramento natural de uma nova composição de forças, capazes de colocar a literatura em contato com as urgências do presente. Em se tratando de De Man, porém, a sondagem do que terá acarretado tal perda de prestígio é complicada pelo impacto da revelação póstuma do seu passado colaboracionista, dado sem dúvida bem mais tangível que uma eventual oscilação das hegemonias teóricas. Mesmo se pareça ter pouco a ver com o peso da obra em si mesma, as proporções tomadas pelo evento fazem por merecer uma atenção detalhada – e não apenas pelos muitos usos e abusos a que se prestou.

Dando lugar a um dos maiores escândalos intelectuais das últimas décadas, tal descoberta talvez seja hoje pouco mais que uma nota de pé de página na história da crítica literária no século XX. Com a serenidade da distância, contudo, não parece absurdo entre-ler, no coro de acusações históricas em que se transformou, a senha para fazer do erro de juventude de Paul de Man um cavalo de batalha contra a legitimidade teórica da desconstrução *tout court*; algo que repercute ainda no desconforto que continua a assombrar novas aproximações de seu trabalho, fadadas a se haver o tempo todo com o déficit gerado pela falha biográfica. Tornando a sondagem do vínculo entre vida e obra uma exigência praticamente incontornável, é certo porém que, na medida em que incide não por acaso sobre um dos principais temas do crítico – a saber, a relação entre a catacrese-sujeito e os enunciados que se encontram subsumidos em sua assinatura –, a emergência de tais questões se

inscreve numa zona estranhamente difusa e mercurial, ao mesmo tempo em que só faz confirmar o poder antecipatório da obra. Em um autor que parece muitas vezes perversamente se comprazer em disseminar equívocos, é uma sondagem que não poderá ocorrer sem desvios e tortuosidades, quase uma exigência implícita de consistência diante uma voz tão oblíqua. E não apenas: pois, se é o caso de dar mais uma volta nesse parafuso, inquietante perceber como – e eis um ponto em que tanto detratores quanto apologetas parecem estar estranhamente de acordo –, em que pese todo o silêncio de Paul de Man em relação ao fatídico ano de 1941, uma imersão mais vertical em sua obra mostrará esse mesmo passado como impregnando obsessivamente os seus escritos, por mais que isso tampouco nos livre do risco de novas desleitura. Sendo a mais clamorosa de todas, talvez, aquela que prefere ver em tal obra apenas uma gigantesca e sofisticada operação desresponsabilizadora, máquina capaz de transformar em contradição performativa todo e qualquer esforço para interpelá-la.

Hipérboles à parte, porém, se é o caso de mostrar o que há de insustentável em suposições desse tipo, pode-se começar atentando para os modos pelos quais, uma vez constatado o problema, essa culpa passa funcionar em cada linha de Paul de Man como um obsedante e opressivo fantasma, no que não deixa de ser, aliás, um poderoso fato estilístico. Ainda que isso corra o risco de soar como desculpa proléptica, é claro que perceber esse rigor e consistência não significa aqui o mesmo que fazer da força da obra um subterfúgio para anular ou relativizar os erros do Paul de Man homem empírico; e contudo, se tampouco pode-se contornar impunemente esses problemas de legitimação – que nos fazem esbarrar no debate sobre o *ethos* do intelectual ao longo de todo o século XX –, nada a espantar se, no campo de batalha ora privilegiado, essa discussão venha a perder espaço para a própria relevância teórica da obra de Paul de Man em si mesma, que, diga-se de passagem, é forte o suficiente para até colocar em segundo plano questionamentos desse tipo. Tudo contado, uma vez que essa não é em absoluto a direção hoje privilegiada, o travo criado pela falha biográfica terminará inscrito na análise de Paul de Man muito menos como um assunto que como uma peripécia algo insólita, que responde ainda pela coerência das mais ou menos convincentes narrativas de segundo grau criadas a partir daí, no movimento em que se tenta demarcar e esvaziar a assíntota entre vida e obra. Numa palavra: se para conseguir cercar devidamente um objeto tão evasivo, é inevitável que se tenha mais hora, menos hora, que medir forças com a polêmica de Man (HAMACHER; HERTZ; KEENAN, 1989), interessante notar ainda como, feito o salto para uma dicção mais abstrata, é quase como se o problema apenas retornasse depois à cena sob novos trajes, até adquirir pouco a pouco a densidade de uma espécie de chifre-de-touro leiriano. Apenas para citar um exemplo flagrante, não deve ser mera coincidência que o insistente *mise-en-abîme* em que recaem seus leitores só tenda a reforçar por via transversa o caráter incontornável deste travo, convertido aqui num mecanismo, por vezes, que leva muitos dos ensaios do crítico a funcionarem necessariamente em dois níveis simultâneos, ao mesmo tempo confissão e reivindicação totalizadora. Se isso não deixa de ser ainda um feito literário tremendamente sofisticado, talvez seja justamente por que, na medida em que antecipa e desarma todas as acusações, esse enunciar em dupla clave, em De Man, constrói a ficção de uma voz imune a ironia dramática, de vez que capaz de olhar para

todos os lugares quase ao mesmo tempo. Sensação ainda mais intensificada quando, aos poucos, a tentativa de dar conta desse mecanismo cria uma situação que resiste de forma intransigente a tematizações inequívocas, um jogo no qual os efeitos de enredamento a que a fala induz instauram uma crescente tensão com as asserções explícitas do *dead-pan* demaniano, assim convertido, ao melhor estilo de um oráculo de tragédia grega, ao mesmo tempo num apelo e numa armadilha. Logo – se é o caso de dilatar ainda mais a tentação teatral –, a narrativa que tentasse dar conta de tais equívocos seria um pouco como a sinopse sumária de um drama elíptico, no qual a acentuação e/ou ressonância de cada uma das falas instabilizariam incansavelmente os conteúdos explícitos. Ou seja: como se, diante de uma enunciação complexa como a de Paul de Man, a dificuldade retórica que o texto provoca e suspende já fosse por si só a figuração mais implacável do próprio eu esgarçado que o mecanismo retórico elide, tão logo dá lugar a algo que soa menos como a voz de um sujeito que a da própria linguagem – e isso mesmo se, no autor de *Blindness and insight*, não raro, o lusco-fusco constativo-performativo de tais enunciações torne completamente indecíveis demarcações como essa. Entre uma instância e outra, contudo – entre um pronome que remete a lugares de enunciação específicos e o obliterar dessa especificidade e desse corpo no registro da voz impessoal que emana dos textos –, as dificuldades inerentes a tal passagem, inconcebível de outra forma que não a de um salto tirânico, já terão se revelado o emblema alegórico do próprio desafio enfrentado por todo leitor de Paul de Man, forçado que é a mover-se muito menos em linha reta do que em espiral – e menos por escolha consciente que por uma estranha coerção arquitetônica. A mesma coerção que fará com que, nas análises mais rigorosas, a escrita teórica descubra-se prisioneira dos próprios tropos que emprega, dando lugar a um processo, ironia das ironias, que não deixa de remeter de novo a uma necessidade incoercível, quase como um autor que se tornasse subitamente refém do texto que escreve. Capaz de transformar a própria exposição num ato de força, tal necessidade ecoa também no aparente abismo que se abre entre o exemplo concreto e cada narrativa e/ou argumentação que os emoldura, clivagem que é preciso agora explicar com mais detalhe.

Assim, se de um lado o caráter extremamente cerrado e alusivo do texto demaniano torna a princípio a *close reading* um fardo incontornável em cada aproximação, não deixa de ser curioso notar como, num desdobramento que é tanto continuação quanto descontinuidade, os resíduos gerados nesse embate se convertem aí também em motor de uma quebra tão exorbitante quanto intempestiva, que, em última instância, nada mais faz que reproduzir a tensão entre o eu e a impessoalidade, entre enunciação singular e potência generalizante. Em críticos como Abel Barros Baptista (2003) ou Cynthia Chase (1986), isso dá lugar a teorizações alegóricas à primeira vista bastante discrepantes, mas que funcionam de certa maneira como prova da infinitude potencial daquilo que as deflagra. Uma vez estendido a temas tão aparentemente distantes de Paul de Man, como é o caso da teoria e da prática do romance, o efeito de desconcerto criado por tais abordagens é indissociável da forma como, partindo dos mais disparatados objetos (Machado de Assis, George Eliot, Baudelaire ou a fortuna crítica machadiana), o nome de Paul de Man acaba por se ver dissolvido na aparente coerção implacável de cada raciocínio retórico, até dar lugar a dobras que, se num primeiro nível, pretendem funcionar como um ato legitimador –

que tentam mostrar a produtividade e a necessidade de um “retorno” – terminam sendo relação a esse nome próprio tanto confissão de fé quanto de infidelidade; estratégia que *a fortiori* só torna ainda mais devastadora a atuação do fantasma. Mesmo se ao ônus de torná-la muito menos discernível em níveis mais epidérmicos.

Ora, por mais que o esgarçamento de uma demarcação clara soe como uma escolha temerária diante das coerções institucionais a que bem ou mal se submete a teoria contemporânea, um bom ponto de partida para uma possível síntese pode ser evocando agora o que Paul de Man diz sobre a impossibilidade de fechamento de sistemas baseados em substituição de tropos; uma impossibilidade que de certa forma faz ver *cum grano salis* as exposições mais lineares, embora tampouco nos livre da obrigação de nelas incorrer. Em mais de um sentido, aliás, na medida em que a convenção de um fecho, em tais circunstâncias, nada mais seria – se é que Paul de Man está mesmo correto – que o estancamento provisório de um movimento que não pára de se reabrir e de se expandir, um cuidado que convém não mais ignorar, uma vez constatado o problema, passa precisamente pela necessidade de fazer jus em termos formais ao objeto escolhido. Tarefa tornada também um atestado da natureza irreversível de tal encontro, sua consequência mais incisiva e contundente é fazer então com que catacreses de uso comum em qualquer argumentação ortodoxa – como aquela em que, por exemplo, todo analista incorre quando se propõe a escrever sobre Paul de Man – comecem a sofrer a rasura de uma espécie de sinal de aspas invisível e, no entanto cada vez mais onipresente, a converter-se aos poucos no emblema das “n” descontinuidades que atravessam e dificultam o embate. Apenas que, à medida que a reiteração desses efeitos acaba também por dar lugar a novas tematizações – quando já não se pode mais dizer ao certo qual o lugar do ator e o do diretor –, está-se diante de uma dificuldade que se torna cada vez mais a clareira de *insights* algo desconcertantes, a terem lugar tão logo, reconhecida a impossibilidade de estabelecer um lugar de exterioridade em relação a Paul de Man, o que é dito de modo explícito no plano da tematização já não pode em momento alguma ser dissociado da forma de dizê-lo. No seu ritmo por vezes palinódico, mas nem por isso menos cerrado, essa forma se torna por isso mesmo alegoria de uma autoridade em contínuo movimento auto-implosivo, ao mesmo tempo em que faz – se é o caso de contemplar o problema como quem observa um naufrágio da segurança da praia – com que as escolhas de leitura dos analistas pareçam muitas vezes tão cegas quanto à *hamartia* que compromete os protagonistas de uma tragédia, na univocidade que muitas vezes impõem ao ritmo oscilante e ambíguo do lirismo coral. No limite, uma metáfora que pode sem dúvida dar conta da sensação de assimetria criada no embate do texto de Paul de Man com seus exegetas, desde os mais sofisticados aos mais incautos. No plano estritamente retórico, contudo, a suposta vantagem criada pela visão excedente é também o imperativo que deve acionar novas intervenções no imbróglio, mesmo se não exatamente como um *deus ex machina*. Nada a espantar, portanto, que, na medida em que se tenta dar conta de uma oscilação negligenciada por paráfrases ortodoxas, essa tarefa-renúncia de tradução se veja não raro cedendo espaço a um jogo de contágio entre vozes que se atritam e por vezes até se confundem. É o que terminará por fazer com que, aos poucos, o próprio protocolo de exaustividade acatado nas diferentes paráfrases – quando, a partir da tensão criada entre o dito e o que nele pode ou não estar implicado, se trata de habitar a precariedade criada por essa

oscilação retórica – já surja desde saída comprometido por uma quebra ainda mais dramática e insolúvel, a qual, por sua vez, tomando primeiro como foco a impossibilidade de estabelecer uma distância adequada em relação a Paul de Man, ecoa nitidamente nos esforços de autores como Rodolphe Gasché (1998), Ortwin de Graef (1995) e Jacques Derrida (1993), responsáveis por aqueles que talvez sejam os livros mais penetrantes já escritos “sobre” Paul de Man.

Na medida em que apresentam uma disposição relativamente linear e distanciada, os três analistas supracitados não deixam de também servir como contraponto ao trabalho de um crítico como Abel Barros Baptista, interessado muito menos em elucidar Paul de Man do que em digeri-lo, elidi-lo e exorbitá-lo. Ato contínuo, porém, é claro que, uma vez reconhecido intervalo entre tais abordagens, caberá a cada leitor arcar daí em diante com o ônus da impossibilidade de uma legitimação plena; o que seria um pouco como deduzir um movimento sem fraturas entre um antes e um depois. Operação que para torna-se factível, no entanto, terminaria pondo a perder muito do rigor narrativo e retórico que se supõe ligado ao nome de Paul de Man, quando este demonstra tudo o que há de eminentemente defensivo em cada tentativa de dissimular em seqüencialização atos de força. É bem verdade, contudo, que, indissociável a escrúpulos dessa ordem, acha-se ainda o perigo de colocar em segundo plano a *mise-en-scène* contida explícita ou implicitamente nas já referidas enunciações críticas; coisa que, na pior das hipóteses, poderia dar lugar a uma situação em que a consciência do desafio criado pela retoricidade demaniana – tão mais rigorosa quanto menos confiável – já conferisse ao texto mais tardio uma espécie de posição privilegiada em relação àqueles que precisa fagocitar para poder prosseguir. E, no entanto, diante também do que já disse Paul de Man a partir de Kleist – num ensaio que toma precisamente como *leitmotiv* a própria produção intersubjetiva da referencialidade, a ter lugar numa zona de furta-cor entre o ser sobre-algo e o ser-para-alguém –, trata-se de uma posição, à primeira vista, que teria tudo para tornar-se apenas a reedição de uma nova cegueira, ao levar ao esvaziamento de toda a tensão agônica que perpassa o autor, de cima a baixo. Um compromisso cuja ressonância se veria prolongada, sem dúvida, na forma como os impasses da encenação retórica do crítico se convertem nas interrupções criadas pela própria insistência em que seu texto mergulha nos buracos que abre – seja quando tenta dissolver num novo nível de generalidade o seu suposto objeto, seja quando, a partir dos saltos acionados por tal imersão, tenta dar a ver a pragmática latente no acúmulo de supostas aporias e/ou pontos cegos. No abismo assim criado, voluntariamente ou não, entre a inviabilidade de uma tradução que não deixe resíduo e o gesto de força em que necessariamente se reitera a tarefa-renúncia, é o que faz do famigerado nome de Paul de Man um eco capaz de sobreviver e se disseminar na imprevisível inscrição aberratória que provoca, e do autor que responde por tais efeitos, um ator duplamente dividido e endividado: não menos pela moldura dramática que para si criou do que pelo que se faz entre-ouvir na encenação que restitui o referido nome próprio a si mesmo, no preciso e letal movimento em que o desfigura.

Abstract:

An author as complex as elliptical as Paul de Man is object and core source of inspiration to this short essay, which intends not only to discuss (allegorically) his critical reception but also to enhance the productivity of the heuristic suggestions presented in his works.

Keywords: rhetoric, criticism, De Man, Derrida.

Referências

- BAPTISTA, Abel Barros. *Autobibliografias*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.
- CHASE, Cynthia. *Decomposing figures*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986.
- DE GRAEF, Ortwin. *Titanic light*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1995.
- DE MAN, Paul. *Alegorias da leitura*. Trad. Lenita Esteves. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- _____. *Blindness and insight*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.
- DERRIDA, Jacques. *Mémoires pour Paul de Man*. Paris: Seuil, 1993.
- GASCHÉ, Rodolphe. *The wild card of reading*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.
- HAMACHER, Werner; HERTZ, Neil; KEENAN, Thomas. *Responses*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1989.